

A trajetória de Domingo Manduré: possibilidades e estratégias indígenas em meio aos conflitos de independência no Rio da Prata (1812-1821)

The trajectory of Domingo Manduré: possibilities and indigenous strategies in the independence conflicts in Rio da Prata (1812-1821)

Felipe Schulz Praia,¹ USP

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar a trajetória de Domingo Manduré, uma liderança indígena guarani que teve destacada atuação em meio aos conflitos de independência na região do Rio da Prata, em princípios do século XIX. A partir de um exercício de micro-história, se busca compreender as possibilidades que se abriam aos indígenas nessa conjuntura, bem como identificar as maneiras como agiram e, mais especificamente, a partir de quais interesses tomaram suas decisões. Através do exame de correspondências entre autoridades envolvidas nesses conflitos, foi possível evidenciar que a relevância que assumiam lideranças como Manduré nesse contexto, permitia que pudessem negociar seu posicionamento, angariando uma melhor condição social. Da mesma forma, explicitou-se que esse posicionamento podia levar mais em conta interesses econômicos do que a crença num projeto político específico.

Palavras-chave: Rio da Prata; Guaranis; Independências na América do Sul.

Abstract: The article aims to analyze the trajectory of Domingo Manduré, a Guarani indigenous leader who had an important role in the midst of independence conflicts in the Rio da Prata region, at the beginning of the 19th century. From a micro-history exercise, seek to understand the possibilities that were open to indigenous people in this situation, as well as identifying the ways in which they acted and, more specifically, based on whose interests they made their decisions. By examining correspondence between authorities involved in these conflicts, it was possible to demonstrate that the relevance assumed by leaders like Manduré in this context allowed them to negotiate their position, seeking a better social condition. Likewise, it was explained that this position could take more into account economic interests than the belief in a specific political project.

Keywords: Rio da Prata; Guaranis; South America's independences.

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar a trajetória de Domingo Manduré, uma liderança indígena guarani que teve destacada atuação em meio aos conflitos de independência na região do Rio da Prata, em princípios do século XIX. Acredito que a análise de trajetórias de indivíduos indígenas pode ajudar a entender, de maneira mais completa, as possibilidades que se abriam a estes em meio a essa conjuntura de guerra, as maneiras como agiram durante os conflitos e, mais especificamente, a partir de quais interesses tomaram suas decisões.

¹ Mestre em História pela UFRGS e doutorando em História Social na USP, com bolsa CAPES.

Dessa forma, através da perspectiva da micro-história, é possível demonstrar: primeiramente, não só a posição de liderança que ocupava Manduré neste espaço missioneiro, como também que tipo de liderança era essa, tomando como base a distinção proposta por Guillermo Wilde entre autoridade tradicional nativa e a autoridade do *cabildo*² indígena. Para esse autor, a autoridade tradicional nativa tinha como figura central o cacique, sendo “más dinámica y apelaba a la oratoria, el parentesco y la destreza guerrera, atributos tradicionales de los jefes étnicos para ser reconocidos como tales” (Wilde, 2001, p. 76);³ enquanto que a autoridade do *cabildo*, em função de seu caráter eletivo, era mais estática, hierarquizada e centralizada.

Ao remeter-se às caracterizações que faz Tulio Halperín-Donghi (Halperín-Donghi, 1994) sobre a conjuntura política do Rio da Prata em meio a essa época revolucionária e estabelecer comparações com outros casos semelhantes ao de Manduré presentes nas fontes, se pode entender de forma mais complexa a importância que assumiam as lideranças indígenas nesse contexto, o que lhes dava a possibilidade de negociar seu posicionamento durante as contendas, buscando angariar a melhora de sua condição social. Em segundo lugar, é possível, atendo-se à configuração econômica que se estabelece na região do Prata, desde fins do século XVIII ao início do XIX, entender outros tipos de pertencimento aos quais Manduré poderia se identificar e, da mesma forma, esclarecer alguns objetivos econômicos que guiaram as decisões que este tomou.

A documentação utilizada constitui-se de correspondências entre autoridades militares e políticas bem como de relatos de viajantes que estiveram presentes nesse espaço durante os anos de 1810 e 1821. Em sua grande maioria, as fontes consultadas estão compiladas no *Archivo Artigas*, um compêndio de documentos relativos a José Artigas e ao movimento federalista liderado por este. Composto por trinta e seis tomos, editados entre 1950 e 2003, essa coleção traz, principalmente, correspondências entre autoridades políticas e militares (tanto artiguistas, quanto portenhas, espanholas e portuguesas) envolvidas neste confronto. Os documentos presentes na compilação foram buscados em acervos de diferentes países, como Argentina, Uruguai, Brasil, Portugal e Espanha.⁴

² Os *cabildos* eram os órgãos que davam representatividade política local na América Espanhola. Nos territórios missioneiros, os principais cargos desse órgão eram compostos por lideranças indígenas, o que se manteve mesmo após a expulsão dos jesuítas das colônias espanholas no ano de 1767.

³ Em tradução livre: “mais dinâmica e apelava à oratória, ao parentesco e à destreza guerreira, atributos tradicionais dos chefes étnicos para serem reconhecidos como tais”.

⁴ Esse compilado está disponível em: <<http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/handle/123456789/1007?offset=0>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Para cumprir com esses objetivos, é prudente que se tome emprestado alguns preceitos da metodologia da micro-história. Segundo Giovanni Levi, esta está preocupada em obter uma descrição mais realista do comportamento humano, baseando-se, para isto, na identificação da relativa liberdade com que atuam os indivíduos, sem esquecer jamais dos limites impostos pelos “sistemas normativos prescritos e opressivos” (Levi, 1992, p. 137) para que não se corra o risco de negligenciar a existência de diferenciações sociais em meio à estrutura geral da sociedade humana. Adotando essa visão, a ação social ocupa um lugar central na análise:

Assim, toda ação social é vista como o resultado de constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam (Levi, 1992, p. 137).

Ao ater-se a essas brechas o objetivo é enfatizar o papel das contradições na produção de mudanças sociais. Além disso, também acaba por esclarecer que, para além das restrições impostas pelo sistema normativo vigente, “um indivíduo tem um conjunto diferente de relacionamentos que determina suas reações à estrutura normativa e suas escolhas com respeito a ela” (Levi, 1992, p. 141).

Essa abordagem encontrou eco em estudos relacionados à realidade colonial da sociedade do Rio da Prata, nos quais o recurso da micro-história tem servido para questionar a utilização de certas categorias sociais, jurídicas e profissionais (“espanhol”, “índio”, “mestiço”, “comerciante”, etc.) como correspondentes diretos à hierarquia e à divisão social de funções à época, “al poner de relieve su carácter relativo y la paralela dificultad de establecer fronteras pertinentes entre los grupos” (Bertrand; Moutoukias; Poloni-Simard, 2000, p. 18).⁵ Esse questionamento passa por entender, como mencionado por Levi, que um indivíduo tem uma série de relacionamentos que também influenciam nas suas decisões, fazendo-se necessário o estudo atento dessas relações:

el análisis de las redes sociales restituye la complejidad de cualquier conjunto social, insiste sobre la dinámica que lo anima y, en base a las relaciones entre sus miembros, tende a reconsiderar los problemas de la

⁵ Em tradução livre: “ao pôr em relevo seu caráter relativo e a paralela dificuldade de estabelecer fronteiras pertinentes entre os grupos”.

estratificación y de la acción social (Bertrand; Moutoukias; Poloni-Simard, 2000, p. 18).⁶

Tratando da aplicação dessa metodologia ao estudo de comunidades indígenas, Jacques Poloni-Simard deixa claro que é possível escrever uma história relacional dos ameríndios, apesar das limitações impostas pelas fontes (que, geralmente, oferecem a oportunidade de estabelecer a conexão de um pequeno número de indivíduos dentro das várias redes que constituem uma cidade, uma localidade, etc). Segundo o autor, ao tentar constituir algumas trajetórias individuais de ameríndios durante o período colonial, conseguiu evidenciar as múltiplas identidades com as quais esses atores se definiam ou eram definidos, indicando uma certa flexibilidade na utilização das categorias sociais, políticas e jurídicas que variava segundo o contexto. Da mesma forma, então, Poloni-Simard pode identificar a superposição de alguns destes laços e “más allá de su posición estamental, lo que emerge de esta manera es parte de la multiplicidad de los lazos que uno capta y la complejidad de las relaciones establecidas” (Poloni-Simard, 2000, p. 98).⁷

Antes de aprofundar o exame da trajetória de Domingo Manduré, convém, entretanto, fazer algumas observações a respeito da conjuntura que se impunha no espaço do Rio da Prata em princípios do século XIX. O ano de 1808 é marcado por importantes acontecimentos para as monarquias espanhola e portuguesa. Enquanto a Espanha assistia à destituição de seu rei Fernando VII e experimentava um período de “vazio no poder” em consequência da invasão das tropas napoleônicas, a Coroa portuguesa – para fugir do mesmo destino – buscava reestruturar-se em território americano, transferindo sua corte para o Brasil. Em função da não aceitação da nomeação de José Bonaparte como rei da Espanha, observa-se a formação de diversas juntas governativas baseando-se na noção de “retroversão da soberania”.⁸

No espaço do vice-reino do Rio da Prata (que abarcava, em parte ou inteiramente, os territórios dos atuais países Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai), inicia-se no ano de 1810 o conflito com as autoridades espanholas, num movimento encabeçado por Buenos

⁶ Em tradução livre: “a análise das redes sociais restituiu a complexidade de qualquer conjunto social, insiste na dinâmica que a motiva e, com base nas relações entre seus membros, tende a reconsiderar os problemas da estratificação e da ação social”.

⁷ Em tradução livre: “para além de sua posição estamental, o que emerge desta maneira é parte da multiplicidade dos laços que alguém pode captar e a complexidade das relações estabelecidas”.

⁸ A noção de “soberania popular” está ligada à ideia de que “toda autoridad política es inherente a la comunidad” (Quijada, 2008, p. 34-35) [em tradução livre: “toda autoridade política é inerente à comunidade”] e é esta última que a transfere a um governante por um ato de consentimento. Mónica Quijada trata de mostrar que essa transferência é entendida por alguns teóricos, já nos séculos XVI e XVII, como passível de ser revogada e retornar à própria comunidade, quando esta sentir-se prejudicada de alguma forma. É baseado nessa ideia que se formaram as juntas governativas durante esse período, em função do não reconhecimento de José Bonaparte como rei da Espanha.

Aires. Nesse sentido, de um lado o grupo dirigente dessa cidade propõe um projeto de Estado unitário e centralista, enquanto algumas províncias reclamam maior autonomia e igualdade de direitos. Ao longo dos conflitos, foi constituído o projeto federalista defendido por José Artigas – que inicialmente lutou ao lado das forças de Buenos Aires, rompendo com estas entre fins de 1811 e início de 1812 – e que logra angariar o apoio de grande parte da campanha rural até ser derrotado em 1820, através de uma aliança entre portugueses e o governo portenho.

A constituição da Junta de Buenos Aires, em maio de 1810, levou seus idealizadores a buscar o apoio das mais distintas populações do antigo território do vice-reinado do Rio da Prata, entre as quais se encontravam as comunidades indígenas. A região missioneira demandava atenção especial, pois encontrava-se nesses primeiros momentos pressionada, por um lado, pelos revolucionários de Buenos Aires e, por outro, pelos defensores da monarquia espanhola no Paraguai. Além disso, é importante mencionar que esta zona era também marcada pela presença portuguesa nos povoados do lado oriental do Rio Uruguai.

Domingo Manduré: redes de reciprocidade e liderança do cacique guarani

Ainda que seja difícil reconstituir trajetórias indígenas, em função da escassez de documentação que propicie o acompanhamento ao longo do tempo das ações destes indivíduos, o contexto de guerra nas primeiras décadas do século XIX no Rio da Prata pôs em relevo a atuação de alguns ameríndios que estiveram participando ativamente nessas contendas. Os casos mais perceptíveis são os de Domingo Manduré e Andresito Artigas. Esse último tem merecido mais atenção da historiografia, sendo inclusive tema de diversos livros que se focam exclusivamente na sua biografia e em sua atuação como Comandante Geral das Missões, entre os anos de 1815 e 1819.⁹

Pode-se dizer que esta atenção dedicada a Andresito está ligada primeiramente a uma maior disponibilidade de fontes relacionadas à sua pessoa e à sua própria atuação, que provocou a atenção de diversos atores à época, especialmente as autoridades portuguesas, que viram em Andresito, durante os anos em que governava o território missioneiro em nome da *Liga de los Pueblos Libres*,¹⁰ um perigoso adversário, capaz de mobilizar grandes contingentes, em sua maioria, indígenas para a guerra. Essa atuação somada à proeminência do cargo que ocupava leva, assim, a um maior número de menções de seu nome na

⁹ Dentre estes destaco: Machon; Cantero, 2006 e Cabral, 2014.

¹⁰ Nome dado ao conjunto de entidades soberanas que aderiram ao projeto federalista de José Artigas.

documentação, assim como um maior número de escritos de sua autoria. Em segundo lugar, está conectada a uma reivindicação, em tempos atuais, deste personagem como “herói nacional” e prócer dos movimentos de independência na região da província de Misiones, na Argentina,¹¹ em que se destaca o fato de Andresito ter sido o único governante de origem indígena que tiveram na região. No entanto, naquela mesma década em que governara Andresito, outros indivíduos de origem indígena exerciam também seu poder de liderança, ainda que sem alcançar a mesma repercussão.

É difícil afirmar com precisão o lugar de nascimento de Domingo Manduré, assim como obter informações sobre sua trajetória antes de 1813, quando a documentação registra sua atuação como uma das lideranças indígenas ligadas ao projeto artiguista. Edgar e Alfredo Poenitz comentam que este indígena teria nascido em Yapeyú e se tornado órfão, ainda criança, em função de uma epidemia de varíola que afligira a localidade entre os anos de 1770 e 1772. Segundo os autores, Manduré foi educado numa escola no povoado de San Antonio de Salto Chico e também ali estabeleceu, quando adulto, estância particular, o que permitiu que fosse liberado das obrigações do regime de comunidades,¹² a partir da publicação do decreto do vice-rei Marquês de Avilés em 1800¹³ (Poenitz; Poenitz, 1998, p. 146). Ainda que os autores não deixem claro de quais fontes obtiveram essas informações, essas não parecem descabidas, já que algumas das características citadas são confirmadas pelas fontes consultadas. De fato, Manduré era letrado e dominava a escrita em língua castelhana, algo que fica evidente pelas cartas assinadas em seu nome presentes na documentação. Da mesma forma, as primeiras referências a Manduré nas fontes examinadas situam-se entre novembro e dezembro de 1812 e esse já aparece intitulado como “Comandante del Salto”,¹⁴ o que sugere

¹¹ No dia 5 de julho de 2012, a Câmara de Representantes da Província de Misiones declarou “Prócer Misionero al Comandante Andrés Guacurarí y Artigas, en un acto de profunda reivindicación de la historia misionera y de sus héroes, que resultan actores principales y hacedores de la historia argentina” [em tradução livre: “Prócer Misionero ao Comandante André Guacurarí y Artigas, num ato de profunda reivindicação da história missioneira e de seus heróis, que são atores principais e produtores da história argentina”] (trecho extraído do projeto de declaração de interesse provincial da apresentação da página web “El Portal de Andresito”, de autoria do deputado Carlos Eduardo Rovira, datado de 5 de Abril de 2013, disponível em: www.portalandresito.gov.ar, acesso em: 25 jul. 2024).

¹² Uma prática estabelecida ainda no período de presença jesuítica que previa a divisão do tempo de trabalho dos indígenas entre as atividades para a comunidade e as atividades em seus cultivos pessoais (Barral, 2010).

¹³ O decreto instituído em 18 de fevereiro de 1800 pelo vice-rei Marquês de Avilés liberou alguns indígenas do regime de comunidades. Ao isentar alguns índios dessa prática, a intenção era incentivar a participação mais ativa de missioneiros na vida econômica e comercial do Rio da Prata e se inscrevia numa política que buscava diluir a separação entre indígenas e espanhóis (Barral, 2010).

¹⁴ Archivo Artigas (de agora em diante AA). *Elias Galván al General en Jefe del Ejército del Norte*. Mandisoví, dezembro de 1812. Tomo X, p. 245; *Oficio de José Artigas a Diego [sic] Manduré*. Paso de la Arena, 14 de fevereiro de 1813. Tomo X, p. 326; e *Oficio de Gregorio Rodríguez a Bernardo Pérez Planes*. Capilla de la Merced, 2 de março de 1813, Tomo X, p. 327.

que o líder guarani já ocupava uma posição de destaque, do ponto de vista militar, na região antes mesmo de seus contatos com José Artigas.

A informação de maior relevância que trazem os autores é relativa à formação de uma estância particular de Manduré e de sua liberação do regime de comunidades. As correspondências de guerra acabam por não revelar esses detalhes, não ocorrendo nenhuma menção a tal propriedade de Manduré. Todavia, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire deixa um relato importante sobre sua passagem pela região de Salto, na Banda Oriental, no ano de 1821, em que encontra o mencionado indígena como “chefe” de um vilarejo que levava seu nome. Mais adiante, Saint-Hilaire comenta que ao sair desse vilarejo parou em uma estância que também pertencia a Manduré:

Nela há apenas uma cabana de palha e alguns galpões, num dos quais observei com certa admiração a fabricação de ponchos [...]. Sob os galpões, pendem por toda parte, pedaços de carne; e deitados no chão, sobre esteiras de couros, uma dúzia de índios se amontoam (Saint-Hilaire [1821], 2002, p. 269).

A descrição dá conta de que, nesse momento, o líder guarani era proprietário de mais de uma estância, nas quais se encontravam outros indígenas trabalhando. Ainda que em 1821 Manduré tenha alcançado uma melhora em relação à situação em que se encontrava em 1813 e nos anos anteriores não é absurdo afirmar que Manduré já era proprietário de estância antes da eclosão dos conflitos, a partir de 1810, na região do Litoral.¹⁵ Dessa forma, fica explícito que para além de sua condição de “índio”, a qual apelava nas cartas escritas ao *cabildo* de Yapeyú em 1813,¹⁶ Manduré ocupava também a posição de “estancieiro” e a análise de sua participação na guerra deve levar em consideração os objetivos que buscava para manter ou melhorar essa posição.

O que indicam essas informações é que Domingo Manduré se tratava de um indígena que obtivera certos privilégios em relação à situação da maioria dos missioneiros. Mais do que isso, indicam também que este era uma liderança local. Sem ocupar nenhum cargo em *cabildo*, o exercício da autoridade de Manduré está ligado mais a aspectos políticos que se aproximam da noção de liderança tradicional nativa. Em outras palavras, Manduré exercia a

¹⁵ A zona na qual se encontravam diversos povoados às margens do rio Uruguai (desde a Banda Oriental até o território luso-brasileiro) é denominada na historiografia argentina e uruguaia como “Litoral”. Nesse espaço a presença de povoados de guaranis missioneiros era grande.

¹⁶ A partir de cartas escritas pelo próprio Domingo Manduré, foi possível explicitar – em minha dissertação de mestrado – que nesta conjuntura específica de crise durante o início do século XIX, ser “índio” na fronteira do Rio da Prata assumia, mais que em outros momentos, um sentido social, o que implicou ações que buscavam contestar sua condição e reivindicar o exercício de sua autonomia. Para uma análise mais aprofundada desse aspecto, ver o capítulo 2 de Praia, 2017.

autoridade de cacique, baseando-se em atributos como a destreza guerreira, a oratória e, principalmente, a constituição de redes de reciprocidade que cumpriam funções sociopolíticas de caráter parental (Wilde, 2009), e que podiam inclusive estenderem-se para além de seu círculo de relações mais próximas.

As primeiras referências encontradas a esse cacique guarani nas fontes consultadas aparecem em fins do ano de 1812 e início de 1813. A esta altura, Manduré já havia firmado aliança com José Artigas.¹⁷ O *jefe de los orientales* pede a ele que “reuna V. toda la su gente hable V. a sus Pueblos y vuelbase a oír en medio de Ustedes la vos sagrada de la libertad”.¹⁸ Seguindo essas instruções, Manduré passa a acionar sua rede e reunir seus contingentes de indígenas para a guerra. Dessa forma, em novembro de 1812, um oficial a serviço do Governo de Buenos Aires manifesta receio frente à reunião de diversos indivíduos de índoles duvidosas que estava acontecendo sob a liderança do cacique guarani:

[...] lo hecho llamar a un Vezino que ha estado en lo del mismo Manduré y a presenciado los armamentos que tienen, como son dos cureñas, fuziles, espadas, muchas chusas, esto que le doy noticia de armamentos de Indiadas sobre 60, estos se componen de mucha **gente advenediza**¹⁹[...], entre dichos se han visto muchas prendas conocidas y de ellos algunos conocidos en los Robos pues estos no son vezinos ni naturales de este establecimiento pues se han dejado dezir que a la larga o la corta me havian de Saquear. No digo que Mandure no sea de Conducta pero toda esta gente esta agregada a la Sombra de el”.²⁰

¹⁷ Provavelmente o diálogo entre Manduré e Artigas tenha se estabelecido entre fins de 1811 e início de 1812, período em que o “êxodo” comandado pelo líder oriental encontra justamente na localidade de Salto Chico – povoado em que Domingo Manduré era dono de estância – abrigo para as famílias que acompanhavam Artigas em sua empreitada: “Durantes seis meses, desde el 6 de diciembre de 1811 hasta el 23 de mayo de 1812 en que comenzó su marcha la vanguardia, se mantuvieron el pueblo y el ejército oriental en el Salto Chico sobre la ribera occidental del Uruguay, en jurisdicción hoy entrerriana (Concordia), pero entonces integrada totalmente a la Provincia Guaranítica de Misiones” (Poenitz; Poenitz, 1998, p. 129) [em tradução livre: “Durante seis meses, desde 6 de dezembro de 1811 até 23 de maio de 1812, quando a vanguarda começou sua marcha, o povo e o exército oriental se mantiveram em Salto Chico à beira ocidental do rio Uruguai, na jurisdição hoje *entrerriana* (Concordia), mas na época totalmente integrada à Província Guaranítica das Missões”].

¹⁸ AA. *Oficio de José Artigas a Diego Mandure, Comandante del Salto Chico*. Paso de la Arena, 14 de fevereiro de 1813, Tomo X, p. 326. Em tradução livre: “reúna V. toda a sua gente, fale V. aos seus Povoados e que se volte a ouvir entre vocês a voz sagrada da liberdade”.

¹⁹ Segundo o *Diccionario de la lengua española* da Real Academia Espanhola, “advenedizo/za” significa: “Venido de un lugar distinto de aquel donde se ha establecido” (consultado em <http://dle.rae.es/?id=0sGmlXA>, acesso em 03/07/2024) [em tradução livre: vindo de um lugar distinto daquele onde se estabeleceu”].

²⁰ AA. *Vicente Albornoz al General en Jefe*. Yerúa, 29 de novembro de 1812, Tomo X, p. 280 (grifos meus). Em tradução livre: “Fiz chamar um vizinho que esteve no de Manduré e presenciou os armamentos que têm e são como duas *cureñas*, fuzis, espadas, muitas *chusas*, isto é o que dou notícia de armamentos, de Indiadas são 60, estes se compõem de muita gente ‘de fora’ [...], entre eles, se viu muitas prendas conhecidas e alguns conhecidos nos roubos pois não são vizinhos nem naturais de este estabelecimento pois deixaram ‘escapar’ que mais cedo ou mais tarde iriam me saquear. Não digo que Mandure não tenha conduta, mas toda esta gente está agregada à sombra dele”.

Fica patente a ênfase que o oficial dá ao fato de que aqueles que atendiam ao chamado de Manduré não eram “vizinhos ou naturais” da região. Revela-se neste trecho que a rede a qual Manduré estava inserido, e poderia recorrer em momentos de conflitos, se estendia para além da localidade onde estabelecera residência.

Alguns meses depois, em fevereiro de 1813, o Governador portenho a mando do Departamento de Yapeyú, Bernardo Pérez Planes, dá notícias de que Manduré enviara ofícios e proclamas de autoria de José Artigas ao Comandante do povoado indígena de Yapeyú tentando convencê-lo a juntar-se à sua luta e, no mesmo documento, também afirma que os *correntinos* a mando de Elias Galván estavam prestes a se rebelar e juntar-se a Manduré.²¹ Passados poucos dias, a 2 de março, o mesmo Planes recebe um ofício informando que o líder guarani havia adentrado o povoado de Mandisoví, destituindo o comandante de tal localidade, mandando prender diversos europeus e que naquele momento “caminaba para la Villa de la Concepción con Trecientos Hombres y Tres cañones y tambien que habian entrado (en una) Pulperia y sacaron lo que encontraron”.²² A dar crédito a essas fontes, em menos de cinco meses, o número de guerreiros que Manduré lograra incorporar à companhia que comandava subira de 60 para 300.

Ao reportar-se a algumas informações trazidas por José Catafesto de Souza (Souza, 2002) sobre a organização política e econômica dos guaranis pré-coloniais, se pode esclarecer a relevância que as relações parentais tinham no reconhecimento por parte de outros indígenas da autoridade do cacique guarani. Segundo o autor, antes do contato com os colonizadores europeus, o arranjo social dos guaranis baseava-se na união de famílias nucleares compondo aquilo que chama de “família-grande”. Esta última, assim como os pequenos núcleos familiares, organizava-se em torno de uma figura masculina central que “desempenhava o papel de um verdadeiro ‘grande-parente’, um líder ‘responsável’ por sua parentela” (Souza, 2002, p. 229). O poder e prestígio social desta liderança dependia, entre outros fatores, de sua capacidade de reproduzir os princípios de reciprocidade²³ e de redistribuição:

²¹ AA. *Bernardo Pérez Planes al Gobierno Supremo de las Provincias Unidas*. Pueblo de Yapeyú, 23 de fevereiro de 1813, Tomo X, p. 360.

²² AA. *Oficio de Gregorio Rodríguez a Bernardo Pérez Planes*. Capilla de la Merced, 2 de março de 1813, Tomo X, p. 327. Em tradução livre: “caminhava para a Vila de Concepción com trezentos homens e três canhões e também que haviam entrado (em uma) Pulperia e saquearam o que encontraram”.

²³ Catafesto de Souza ao fazer uma crítica à perspectiva formalista da antropologia, explicita algumas características sobre a ideia de reciprocidade estabelecida entre os guaranis pré-coloniais e como esta regulava a circulação de bens materiais nessa sociedade: “O formalismo também negligencia a existência dos complexos mecanismos de prestações e contraprestações, que compõem aquilo que Marcel Mauss chamou de ‘economia do dom’. O princípio do ‘dom’ é o regulador da circulação dos bens e serviços em sociedades cultivadoras, inclusive entre os Guarani, o que não pode ser considerado pelos cânones estreitos do utilitarismo clássico [...]”.

Na medida em que um indivíduo é avaliado pela sua capacidade em dar presentes e na medida em que ele busca possuir prestígio social, sua prática decorrente será um duplo movimento de produção e de distribuição de bens, do que a coletividade sai beneficiada (Souza, 2002, p. 242).

Ainda que não se possa cometer o anacronismo de projetar todas essas características de forma acrítica aos líderes guaranis que viveram no período histórico ao qual se atém essa pesquisa, se pode notar a manutenção de alguns aspectos importantes ligados aos atributos da liderança nativa, em especial à continuidade da reprodução da reciprocidade, a fim de constituir uma rede de indivíduos que reconheçam a autoridade de determinado líder indígena. Guillermo Wilde ao analisar as atitudes dos atores ameríndios perante os conflitos que marcaram os movimentos de independência no início do século XIX afirma que os missionários se caracterizaram por negociar suas adesões de acordo com suas conveniências, priorizando sempre sua capacidade de circularem livremente pelo território. O autor atribui esse tipo de comportamento à manutenção da organização de cacicados na região:

Este comportamiento da indícios de una racionalidade que había venido afianzándose en toda la región desde por lo menos tres décadas antes, basada en redes recíprocas y circuitos socioculturales de gran movilidad en buen medida basadas en una organización de cacicazgos nativos que [...] se mantuvieron pese a la rápida desestructuración de las comunidades (Wilde, 2009, p. 325).²⁴

Domingo Manduré não era a única liderança guarani que apelava a suas redes de reciprocidade nesta conjuntura de guerra que se impunha. Santiago Samandú também aparece como um importante personagem durante os primeiros anos de conflito. Em uma relação de “Nombres de los Señores Comandantes de los Regimientos y Divisiones” do exército de operações que se encontrava na Banda Oriental, datado do ano de 1812, o Tenente Coronel Santiago Samandú aparece como comandante da divisão de “Naturales de Misiones”.²⁵ À época, José Artigas ainda não havia rompido formalmente com o Governo de Buenos Aires, pois este aparece também como comandante da força de “Blandengues Orientales”. Em março de 1812, quando Artigas exercia a autoridade de Governador do departamento de Santo Thomé, ainda em nome do governo portenho, o chefe dos orientais nomeia Samandú como

Neste ponto, os esquemas ordinários da economia clássica são demasiadamente limitados, mesmo para analisar a circulação complexa de obrigações/contra-obrigações nas sociedades atuais” (Souza, 2002, p. 218)

²⁴ Em tradução livre: “Este comportamento dá indícios de uma racionalidade que estava se consolidando em toda a região desde pelo menos três décadas antes, baseada em redes recíprocas e circuitos socioculturais de grande mobilidade que estavam baseadas, em grande medida, em uma organização de cacicados nativos que [...] se mantiveram apesar das rápidas desestruturações das comunidades”.

²⁵ AA. *Estado demonstrativo de la fuerza del Ejército de Operaciones sobre la Banda Oriental*, 1812, Tomo X, p. 320.

comandante militar do povoado de Yapeyú.²⁶ No entanto, durante o ano de 1813, nas hostilidades levadas a cabo por Domingo Manduré (que havia aderido à agora explícita oposição de Artigas a Buenos Aires) contra o Governador Bernardo Pérez Planes, Samandú preferira se manter leal às *Provincias Unidas*, aparecendo na documentação ao lado de Planes.

Em um documento escrito pelo português Fernando Chagas Santos (Comandante da fronteira das Missões sob jurisdição portuguesa) para o Governador do Rio Grande Diego de Souza, em junho de 1813, aquele faz referência a um relato que ouvira de um índio desertor do povoado de Candelaria (que se encontrava sob jurisdição paraguaia) dando conta de que houvera um conflito em que “se atacaram na Capela de S. Roque os Índios de Japeju comandados pelo Tenente Coronel Samandú, com os Correntinos, ficando estes vencidos”.²⁷ Mais adiante, há uma passagem importante que indica também a capacidade de Samandú de arregimentar braços para a guerra, apelando para redes de reciprocidade que extrapolavam as fronteiras formalmente estabelecidas pelas jurisdições da época: “também disse [referindo-se ainda ao relato do índio desertor de Candelaria] que mais de 400 Guaranis Melicianos dos Povos de jurisdição de Buenos Ayres haviam baixado a favor do dito Samandú”.²⁸

Esses dois casos citados até o momento demonstram a importância que assumiram as autoridades cacicais durante os conflitos analisados, em função de sua capacidade de mobilização através do apelo a indivíduos que compunham redes nas quais se reproduziam funções sociopolíticas típicas da relação parental que existiam entre os guaranis antes mesmo da colonização, e que ainda permaneciam vivas. No contexto de guerra, a relação de reciprocidade da liderança guarani com seus subordinados era mantida, especialmente, através da distribuição dos bens expropriados por meio de saques e roubos promovidos durante os conflitos. É preciso pontuar que essa lógica era difundida não somente entre os guaranis, mas se configura numa forma de atuar em meios às batalhas, típica da zona rural riopratense, a chamada “guerra de recursos”. Como definem Raúl Fradkin e Silvia Ratto, a “guerra de recursos” era “una forma de hacer la guerra que se caracteriza por la apropiación y distribución de los bienes existentes, los saqueos de poblados y unidades productivas y la emigración forzada de poblaciones”.²⁹ Ao mesmo tempo era também “un método de

²⁶ AA. *José Artigas a Bernardo Pérez Planes*. Quartel General em Salto Chico, costa ocidental do Uruguai, março de 1812, Tomo VIII, p. 37.

²⁷ AA. *Francisco Chagas Santos a Diego de Souza*. Quartel General de São Borja, 24 de junho de 1813, Tomo XI, p. 340.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Em tradução livre: “era uma forma fazer a guerra que se caracteriza pela apropriação e distribuição de bens existentes, pelos saques de povoados e unidades produtivas e pela emigração forçada de populações”.

represália y una manera precisa de identificar enemigos, obtener adhesiones, neutralizar oposiciones y encuadrar políticamente tensiones sociales preexistentes” (Fradkin; Ratto, 2011, p. 3).³⁰ Ao permitir que seus guerreiros pudessem acessar tais recursos, as lideranças reforçavam seus laços com os comandados, buscando manter sua lealdade.

Cabe, neste momento, entender como a conjuntura histórica e a maneira como o conflito se configurou permitiram que lideranças desse caráter passassem a desempenhar um papel tão preponderante, fazendo com que estas pudessem negociar sua adesão de forma a angariar importantes benefícios pessoais.

Conjuntura revolucionária e ruralização política: proeminência de caciques nos conflitos

Tulio Halperín Donghi, ao analisar a repercussão do artiguismo na região do Litoral, afirma que nessa zona a incidência do movimento sobre o equilíbrio social estabelecido foi mais profundo que em outras localidades. O autor sustenta este argumento baseando-se na ideia de que as lideranças que surgiram neste ambiente não necessariamente provinham de uma posição social privilegiada. A ascensão destes personagens a postos de relevância no movimento artiguista estava ligada às características da distribuição de terras na região, na qual a maioria dos proprietários eram provenientes de Buenos Aires e residiam nessa cidade, sem estarem presentes na zona rural:

Numerosos proprietários ausentistas, originários de Buenos Aires y desejosos de ver a sus posesiones ubicadas en el territorio dominado por su ciudad; sobre todo en el norte de la franja ribereña, aun más numerosos ocupantes sin título de propiedad, no todos los cuales son necesariamente pobres. En ese marco, un capataz, un ocupante sin título o un traficante de ganados en no demasiada vasta escala, no tiene que vencer la rivalidad de figuras socialmente superiores o económicamente más poderosas para emerger como políticamente dominante (Halperín-Donghi, 1994, p. 280).³¹

Assim, a elite proprietária – que se configurava em grandes estancieiros e ricos comerciantes – tinha as bases de sua riqueza na zona rural, mas residia na cidade, o que deu a possibilidade de dirigentes que antes da revolução não ocupavam uma posição social de

³⁰ Em tradução livre: “um método de represália e uma maneira precisa de identificar inimigos, de obter adesões, de neutralizar oposições e de enquadrar politicamente tensões sociais pré-existentes”.

³¹ Em tradução livre: “Numerosos proprietários ausentes, originários de Buenos Aires e ansiosos por ver suas posses localizadas dentro do território dominado por sua cidade; sobretudo ao norte da franja ribeirinha, aqueles ainda mais numerosos ocupantes sem título de propriedade, dos quais nem todos eram necessariamente pobres. Dessa forma, um capataz, um ocupante sem título ou um traficante de gado em não tão larga escala, não têm que rivalizar com figuras socialmente superior ou economicamente mais poderosas para emergir como politicamente dominantes”.

relevo dominarem a política regional, algo impensado num contexto anterior. A grande inovação trazida pelo artiguismo é que este desloca o centro de poder político da cidade para a campanha, um processo que vai se intensificando no Rio da Prata e acaba por gerar conflitos abertos que em outras regiões não tiveram o mesmo peso. Essa caracterização ajuda, por exemplo, a entender melhor a radicalização das pelepas entre indígenas e brancos/europeus na região do Litoral – a qual se fez referência no capítulo segundo desta pesquisa.

Partindo dessas informações, Halperín Donghi caracteriza o artiguismo como um “levantamento rural” que buscou a direção do movimento justamente nessa campanha e surge senão em oposição, ao menos à margem do sistema hierárquico que tinha sua base no meio rural e sua elite na cidade. Dessa forma,

la emergencia de ciertas figuras no dependia directamente de su posición en la escala social antes de la revolución, sino de su capacidad de reclutar un séquito. Sin duda esta última se vinculaba con la posición social del candidato a jefe revolucionario, pero la relación era demasiado compleja para que la eminencia dentro del ordenamiento social prerrevolucionario – aun en sus sectores rurales – fuera razón suficiente para la emergencia en posiciones de liderazgo dentro del movimiento rural en que la revolución iba a canalizarse (Halperín-Donghi, 1994, p. 281).³²

E de fato essas relações eram muito mais complexas do que poderia sugerir a posição social ocupada por determinado indivíduo. No caso dos caciques missioneiros, parece claro que essa conjuntura favorece sua ascensão a lugares proeminentes nos conflitos e a possibilidade de ascenderem a cargos de oficiais milicianos é apenas um indício dessa situação.³³ Obviamente que aqueles que eram caciques gozavam de prestígio social aos olhos das comunidades indígenas, mas não se pode afirmar – talvez com raras exceções – que ocupavam uma condição social de destaque em relação ao conjunto da sociedade em que viviam. No entanto, a eclosão da guerra gerou a possibilidade de que ao menos buscassem melhorar essa condição. Halperín Donghi não chega a tratar de casos de líderes ameríndios, mas ao relacionar essas informações às questões colocadas anteriormente sobre a capacidade dos caciques guaranis de mobilizarem um grande contingente para as batalhas apelando para suas redes de reciprocidade, se pode delimitar um quadro mais claro de como as autoridades cacicais assumiram importância e puderam negociar sua posição na guerra.

³² Em tradução livre: “a emergência de certas figuras não dependia diretamente de sua posição na escala social antes da revolução, mas sim de sua capacidade de recrutar um séquito. Sem dúvida, essa se vinculava com a posição social do candidato a chefe revolucionário, mas a relação era muito complexa para que a eminência dentro do ordenamento social pré-revolucionário – mesmo nos seus setores rurais – fosse razão suficiente para sua emergência a posições de liderança dentro do movimento rural no qual a revolução iria canalizar-se”.

³³ Ver Praia, 2024.

Ainda assim, não é possível ignorar que antes mesmo da eclosão da revolução em 1810, a participação política dos caciques missioneiros na administração dos povoados já havia aumentado. Como sugere Guillermo Wilde, no contexto pós-jesuítico houve uma multiplicação de autoridades no espaço missional. Os cacicados ganhavam cada vez mais força, justamente a partir de um processo de reforço das redes parentais que já antes de 1810 extrapolavam o espaço missioneiro. Para além dos caciques, a presença de *cabildantes* indígenas, de curas e a introdução de administradores seculares, por parte do governo espanhol (após a expulsão dos jesuítas, entre os anos de 1767 e 1768), levaram ao surgimento de uma série de novas disputas pelo poder neste ambiente (Wilde, 2009). Estas alterações ocorridas anos antes, também chamam atenção para a necessidade de se levar em consideração o peso destas disputas internas nas escolhas de seus aliados por parte dos ameríndios.

Voltando novamente o olhar para Domingo Manduré, é possível perceber alguns sinais desses conflitos por poder na região missioneira. Em documento já citado anteriormente, José Artigas instruí Manduré – por volta de março de 1813 – a se reunir com outros comandantes (Gregorio Escalante e Félix Carrasco) para dar início as hostilidades contra Mandisoví e Arroyo de la China. Em seu texto afirma a Manduré que “és tiempo de que canten la libertad y que quitemos los opositores de V.”,³⁴ deixando claro que a participação de Manduré na guerra não se reduzia somente a uma crença que o líder guarani tinha nos ideais preconizados pelo projeto federalista de Artigas (ainda que, como visto no capítulo segundo, Manduré se utilize dessas noções para tentar convencer outros indígenas a aderirem à causa artiguista), mas também estava ligada a uma busca pela derrocada de seus inimigos nessa região do Litoral, sejam eles também ameríndios, sejam eles oriundos de outros setores da sociedade. O próprio José Artigas explicita esse caráter de aliança em que os dois lados sairiam beneficiados – evidenciado assim também uma relação de reciprocidade³⁵ – ao unirem suas

³⁴ AA. Bernardo Pérez Planes al Gobierno de las Provincias Unidas del Río de la Plata, Quartel no povo de Yapeyú, 5 de março de 1813, Tomo XI, p. 294. Em tradução livre: “é tempo de que cante a liberdade e que expulsemos os seus opositores”.

³⁵ Essa relação de reciprocidade entre Artigas e os indígenas pode ser observada também no trato do líder oriental com os povoados missioneiros, durante os anos de 1815 e 1816 (momento de maior alcance da *Liga de los Pueblos Libres*). Em diversos momentos, José Artigas insiste para que os guaranis se dediquem à produção de erva-mate, tabaco, algodão e madeiras para que, primeiramente, possam comerciar e comprar o que necessitavam. No entanto, esses produtos eram também trocados por outros provenientes do acampamento central das forças artiguistas, em Purificación: “Por aca nos hallamos em indigencia, y ocurren tantos, que ya me voy quedadno aun sin lo preciso para las tropas, que se dediquen al Comercio y traigan maderas Yerva Tabaco algodón, y lo que produzca el Pais, y veran si en retorno llevan todo lo preciso, como ha sucedido con todos los que han venido: por esperar que yo se los dé todo ni puede ser ni tengo de donde” (AA. José Artigas a Andrés Artigas. Purificacipon, 13 de março de 1816, Tomo XXIX, p. 31). [em tradução livre: “Por aqui nos achamos em

forças para os conflitos: “ya es tiempo cuente V. conmigo, con mis auxílios, y con toda mi Gente, que yo contare com V.d. Quiten V.d. todos los opositores”.³⁶

Difícil afirmar com certeza quem eram esses inimigos de Manduré aos quais Artigas se refere. No entanto, a nova conjuntura econômica que se configurava desde meados do século XVIII ao início do XIX no Rio da Prata, levando a uma rápida ascensão da região do Litoral, em especial as terras que se situavam entre os rios Paraná e Uruguai – nas quais se encontravam os povoados missioneiros – em função da exploração da atividade ganadeira, ajuda a entender de forma mais complexa os embates locais em torno do controle de recursos econômicos importantes, dos quais tanto Manduré como outros indígenas e também não indígenas buscaram se apropriar.

Disputas pela terra e controle do comércio de gado na região do Litoral

Desde fins do século XVIII, gradualmente a produção da área do Rio da Prata e do Paraguai passou a sofrer um redirecionamento: antes voltada a suprir as demandas do mercado interno colonial (em especial àquelas que partiam de Potosí),³⁷ a região sofreu pressões econômicas da Coroa espanhola que levaram à desarticulação do equilíbrio comercial regional existente. A partir disso, se impôs a via atlântica de comércio, da qual o porto de Buenos Aires se beneficiou (Halperín-Donghi, 2014) e a criação e abate de gado *vacum* voltadas para a exportação passou a ganhar relevância. A fim de se aproveitarem desse clima econômico, povoadores e fazendeiros começaram a avançar sobre territórios que consideravam como “fronteiras abertas” para implantar a pecuária, mesmo que nelas estivessem fixadas – há muito tempo – populações indígenas.

indigência, e são tantas, que já estou ficando sem o necessário para as tropas, que se dediquem ao comércio e tragam madeiras, erva, tabaco, algodão, e o que produza o País e verão se em troca levam tudo o que precisam, como aconteceu com todos os que vieram: esperar que eu lhes dê tudo, não pode ser, pois nem tenho de onde”]. Esse trecho dá a entender que existiam intercâmbios entre Artigas e as lideranças dos povoados, em que estes se dirigiam ao acampamento de Purificación para pedir auxílios de diversos gêneros (desde dinheiro para comprar certos itens até mesmo a nomeação de um “cura” para a igreja dos povoados) e, em troca, levavam certos artigos necessários para a manutenção de Artigas e suas tropas. A ida desses indígenas até o acampamento para tratar frente a frente com o líder oriental sobre suas necessidades é retratada também em outras fontes e, remetendo-se à ideia da liderança nativa guarani como um “grande pai” responsável por sua parentela, deixa transparecer uma visão paternalista dos guaranis para com Artigas

³⁶ AA. *Bernardo Pérez Planes al Gobierno de las Provincias Unidas del Río de la Plata*, Quartel no povo de Yapeyú, 5 de março de 1813, Tomo XI, p. 294. Em tradução livre: “já é tempo conte V. comigo, com meus auxílios, e com minha gente, que eu contare com V.d. expulsem todos os opositores”.

³⁷ Segundo Tulio Halperín Donghi, esse equilíbrio se configurava com a produção de lã e algodão das províncias do interior do Rio da Prata e do Paraguai; o plantio e a colheita de erva-mate nas Missões e também no Paraguai; o fornecimento de gado mular (para o transporte) por Santa Fé e Buenos Aires; e o escoamento clandestino da prata ilegal pelo porto de Buenos Aires em direção à Europa (Halperín-Donghi, 2014).

Essas disputas pelas jurisdições territoriais fizeram com que “algunos pueblos guaraníes misioneros mantuvieron litígios entre sí y con pobladores y hacendados que podían llegar a prolongarse durante décadas requiriendo, a veces, la intervención del virrey” (Wilde, 2009, p. 284).³⁸ Assim, acaba por ocorrer um choque entre essa expansão guarani ao sul e as pretensões de grandes fazendeiros, especialmente de Buenos Aires e Montevideo, que – ignorando as proibições de ocuparem terras pertencentes aos povoados missioneiros – acabam estabelecendo grandes estâncias para exploração do gado na região. Ao mesmo tempo, havia o interesse de comerciantes que buscavam fazer riqueza a partir do contrabando de gado direcionado às estâncias luso-brasileiras, ou mesmo ao porto da cidade de Corrientes.³⁹

Não é difícil imaginar que Domingo Manduré esteve envolvido ativamente nessas disputas para acessar os recursos provenientes da expansão econômica pela qual passava a região do Litoral. Como afirmou-se no início do texto, Manduré é identificado como dono de estância no povoado de Salto Chico e apontado como indígena que fora liberado do regime de trabalho comunitário, anos antes da eclosão da revolução em 1810. Certamente o cacique guarani buscou manter sua condição de estancieiro, quando não a tornar melhor. É provável que seus interesses tenham encontrado obstáculo no avanço repentino de povoadores *criollos* e espanhóis durante fins do século XVIII e início do XIX às paragens missioneiras do departamento de Yapeyú, e quando José Artigas chega a Salto Chico seguido de um exército e muitas famílias orientais, a fins de 1811, Manduré pode ter encontrado ali uma oportunidade de aliança para buscar dar fim a seus opositores na região.

Da mesma maneira, não é complicado achar justificativas para essa aliança, pois os objetivos de José Artigas de expulsar dos territórios os europeus e, ao mesmo tempo, destituir as autoridades leais a Buenos Aires – dando ênfase na necessidade dos povoados serem

³⁸ Em tradução livre: “alguns povoados guarani-missioneiros mantiveram litígios entre si e com povoadores e fazendeiros que podiam chegar a prolongar-se durante décadas requerendo, as vezes, a intervenção do vice-rei”.

³⁹ De fato, há indícios de que essas disputas pela terra no espaço do Litoral se mantiveram também durante o período em que grande parte dos povoados missioneiros integrava a *Liga de los Pueblos Libres*. Em 1816, o *cabildo* de Yapeyú envia solicitação a Andrés Artigas, acusando Augustin Isaurralde, que era proprietário de terrenos situados nas divisas entre a Província de Corrientes e a de Misiones, de se recusar a reconhecer a autoridade de Andresito como Comandante Geral das Missões. Frente a esta acusação, Andresito envia carta a Isaurralde intimando-o: “desocupará V. imediatamente el Terreno, o prestara obediencia a esta Comandancia” [em tradução livre: “V. desocupará imediatamente o terreno, ou prestará obediência a esta comandância”]. Por sua vez, o acusado reclama para o comandante de Curuzú Cuatiá, informando que já havia prestado obediência ao governo de Corrientes. Esse imbróglia deixa expressa uma estratégia dos *cabildantes* de Yapeyú de se aproveitarem das disputas entre as autoridades políticas e militares da época para alcançarem objetivos que estavam ligados à expansão do controle exercido pelo povoado das terras de seu entorno rural. Ao acusarem Isaurralde de desobediência, provavelmente estavam objetivando sua retirada do território. Ver: AA. *El Comandante de Curuzú Cuatiá Manuel Antonio Ledesma al Gobernador Juan Bautista Méndez*. Santo Tomé, 14 de março – Curuzú Cuatiá, 22 de março de 1816, Tomo XXIX, p. 167.

governador por si, a partir da ideia de “soberania particular dos povos” – podiam muito bem se alinharem com a intenção de Manduré e de outras autoridades indígenas de controlarem ou ao menos aumentarem sua participação no próspero comércio de gado da região, à medida que seria capaz de frear o ímpeto dos grandes proprietários e ricos comerciantes que residiam nos centros urbanos e que buscavam administrar esses territórios. Além disso, ao partirem para o enfrentamento contra os europeus e portenhos, os indígenas também podiam acessar esse gado através do roubo, prática já comum em tempos de paz e que se acentua em meio à guerra.

Assim, é possível encontrar Manduré e seus comandados negociando o gado, obtido por meio de saque às estâncias da região, com os povoados de jurisdição paraguaia, segundo relato de Celedonio José del Castillo em comunicação com o governo de Buenos Aires, no mês de setembro de 1813.⁴⁰ No mesmo documento, o oficial portenho afirma que “la gente de Manduré” havia matado a alguns portugueses com os quais contrabandeavam, buscando roubar-lhes seus animais. Para o período em que escreve Castillo, a documentação indica que os indígenas sublevados haviam tomado conta de boa parte do território de Entre Ríos⁴¹ e os povoados missioneiros que se rebelavam aumentavam de número.⁴² É nesse momento que as referências a indígenas “infiéis” atuando ao lado dos insurgentes passam a aparecer,⁴³ bem como as menções à presença de *correntinos*.⁴⁴ Todos esses indivíduos de distintas localidades vieram se juntar aos guaranis missioneiros, atraídos pela possibilidade de acessar a maior riqueza da região, aproveitando-se de um cenário de instabilidade e incertezas já comum neste território de fronteira, em função da insegurança jurídica que ali reinava, e que é acentuada em um momento de guerra como o que se apresentava.

⁴⁰ AA. *Celedonio José del Castillo al Poder Ejecutivo de las Provincias Unidas del Río de la Plata*. Acampamento de Yapeyú, 25 de setembro de 1813, Tomo XI, p. 384.

⁴¹ O próprio Celedonio del Castillo afirma ao governo de Buenos Aires que proibiu “el pasage de toda persona e introducción de tratantes de dicha campaña poseída solo de los Indios levantados” (Ibidem, p. 384). Da mesma forma em uma fonte anônima, citada já anteriormente no capítulo dois, se dá notícias de que os indígenas “levantados” haviam dominado aquelas paragens (AA. *Fragmento de una carta sin destinatário ni remitente*. San Ignacio de Mártires, outubro de 1813, Tomo XI, p. 405).

⁴² AA. *El cabildo de Corrientes al Subdelegado del departamento de Concepción Celedonio José del Castillo*. Corrientes, 20 de agosto de 1813, Tomo XI, p. 356; *Bernardo Pérez Planes al Poder Ejecutivo de las Provincias Unidas del Río de la Plata – Acampamento General de Mandisoví*, 26 de agosto de 1813, Tomo XI, p. 360; *Celedonio José del Castillo al Poder Ejecutivo de las Provincias Unidas del Río de la Plata*. Acampamento de Yapeyú, 25 de setembro de 1813, Tomo XI, p. 384.

⁴³ Ver: AA. *Bernardo Pérez Planes a Hilarión de la Quintana*. Acampamento General de Mandisoví, 23-29 de agosto de 1813. Tomo XI, p. 361; *Celedonio J. de Castillo a Vicente A. Mantiuda*. San José, 17 de agosto – Costa del Coay grande, 1 de setembro de 1813. Tomo XI, p. 388; e *Domingo Manduré al Corregidor, Cabildo y Mayordomo de Yapeyú*. Acampamento de Arapey, 8 de setembro de 1813, Tomo XI, p. 39.

⁴⁴ AA. *Bernardo Pérez Planes al Poder Ejecutivo de las Provincias Unidas del Río de la Plata*. Acampamento General na costa de Palmar, 21 de setembro de 1813, Tomo XI, p. 382.

Muito provavelmente, Manduré – assim como outras lideranças guaranis – teve a oportunidade de ampliar sua rede de reciprocidade em meio aos acontecimentos de 1813, podendo estabelecer importantes contatos não só com os indivíduos que vinham a se incorporar em suas tropas (missioneiros, correntinos, charruas e minuanos), mas também com aqueles com os quais comerciava o gado (paraguaios e portugueses). Essas relações foram mantidas ao longo do tempo pelo cacique missioneiro e sua capacidade de acionar uma rede cada vez mais ampla de pessoas irá lhe valer a possibilidade de negociar sua posição nos conflitos quando a conjuntura muda.

Considerações finais

Apesar dos parcos resquícios, acredito que foi possível reconstituir, ao menos em parte, os caminhos trilhados por Domingo Manduré durante os conflitos que marcaram a região do Litoral a partir da eclosão das revoluções em 1810. Com base na análise de sua atuação e comparando-a a casos semelhantes de outros indígenas, explicitou-se a relevância das redes de indivíduos em que estavam inseridas as lideranças indígenas e que eram mantidas através da conservação do princípio de reciprocidade. O direcionamento dos conflitos ao meio rural, em especial pela tensão que passa a se configurar entre uma elite residente nas cidades e os personagens que dominavam a campanha rural, relega um papel de grande importância às lideranças que tinham como principal característica o recrutamento de um séquito. Esse aspecto aliado à livre circulação que gozavam no território permitiu que as lideranças indígenas negociassem seu posicionamento nos conflitos e vislumbrassem oportunidades de angariar benefícios tanto pessoais como para o grupo que comandavam.

Suas adesões respondiam, assim, muito mais a lógicas locais, que poderiam incluir a intenção de vencer adversários na busca pelo controle da terra e da riqueza que provinha desta, como o alcance de cargos de destaque numa hierarquia de poder da região. Dessa forma, acredito que ficou explícita uma descrição mais realista do comportamento desses atores a partir do entendimento das “margens” de liberdade que encontravam no sistema vigente para atuar visando melhorar sua condição, ou no mínimo manter uma situação que lhes parecia conveniente.

Fontes

Archivo Artigas. **Bernardo Pérez Planes al Gobierno de las Provincias Unidas del Río de la Plata**, Quartel no povo de Yapeyú, 5 de março de 1813, Tomo XI, p. 294.

_____. **Bernardo Pérez Planes al Poder Ejecutivo de las Provincias Unidas del Río de la Plata**. Acampamento General de Mandisoví, 26 de agosto de 1813, Tomo XI, p. 360.

_____. **Bernardo Pérez Planes al Poder Ejecutivo de las Provincias Unidas del Río de la Plata**. Acampamento General na costa de Palmar, 21 de setembro de 1813, Tomo XI, p. 382.

_____. **Bernardo Pérez Planes a Hilarión de la Quintana**. Acampamento General de Mandisoví, 23-29 de agosto de 1813. Tomo XI, p. 361.

_____. **Bernardo Pérez Planes al Gobierno Supremo de las Provincias Unidas**. Pueblo de Yapeyú, 23 de fevereiro de 1813, Tomo X, p. 360.

_____. **Celedonio José del Castillo al Poder Ejecutivo de las Provincias Unidas del Río de la Plata**. Acampamento de Yapeyú, 25 de setembro de 1813, Tomo XI, p. 384.

_____. **Celedonio J. de Castillo a Vicente A. Mantiuda**. San José, 17 de agosto – Costa del Coay grande, 1 de setembro de 1813. Tomo XI, p. 388.

_____. **Domingo Manduré al Corregidor, Cabildo y Mayordomo de Yapeyú**. Acampamento de Arapey, 8 de setembro de 1813, Tomo XI, p. 391.

_____. **Estado demonstrativo de la fuerza del Ejército de Operaciones sobre la Banda Oriental**, 1812, Tomo X, p. 320.

_____. **El Comandante de Curuzú Cuatiá Manuel Antonio Ledesma al Gobernador Juan Bautista Méndez**. Santo Tomé, 14 de março – Curuzú Cuatiá, 22 de março de 1816, Tomo XXIX, p. 167.

_____. **El cabildo de Corrientes al Subdelegado del departamento de Concepción Celedonio José del Castillo**. Corrientes, 20 de agosto de 1813, Tomo XI, p. 356.

_____. **Elias Galván al General en Jefe del Ejército del Norte**. Mandisoví, dezembro de 1812. Tomo X, p. 245.

_____. **Fragmento de una carta sin destinatário ni remitente**. San Ignacio de Mártires, outubro de 1813, Tomo XI, p. 405.

_____. **Francisco Chagas Santos a Diego de Souza**. Quartel General de São Borja, 24 de junho de 1813, Tomo XI, p. 340.

_____. **José Artigas a Bernardo Pérez Planes**. Quartel General em Salto Chico, costa ocidental do Uruguai, março de 1812, Tomo VIII, p. 37.

_____. **José Artigas a Andrés Artigas**. Purificacipon, 13 de março de 1816, Tomo XXIX, p. 31.

_____. **Oficio de Gregorio Rodríguez a Bernardo Pérez Planes**. Capilla de la Merced, 2 de março de 1813, Tomo X, p. 327.

_____. **Oficio de José Artigas a Diego Manduré**. Paso de la Arena, 14 de fevereiro de 1813. Tomo X, p. 326.

_____. **Vicente Albornoz al General en Jefe**. Yeruá, 29 de novembro de 1812, Tomo X, p. 280.

SAINT-HILARE, Auguste de [1820-1821]. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília, Senado Federal, 2002.

Referências Bibliográficas

- BARRAL, Maria Elena. Guaraníes misioneros” reexaminados. Acerca del discutido papel de los curas y la religión en la conflictividad política latino-americana (fines del siglo XVIII y principios del XIX). In: FRADKIN, Raúl (coord.). **La acción colectiva popular en los siglos XVIII y XIX: modalidades, experiencias y tradiciones**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos – Debáts, 2010. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/58055>. Acesso em: 28 jul. 2024
- BERTRAND Michel, MOUTOUKIAS Zacarías, POLONI-SIMARD Jacques. Apresentação. In: **Anuario del IEHS**, n. 15. Facultad de Ciencia Humanas, Universidad Nacional del Centro Tandil – Argentina, 2000, p. 17-21.
- CABRAL, Salvador. **Andresito Artigas en la emancipación americana**. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 4ª ed. 2014.
- FRADKIN, Raúl; RATTO, Silvia. El botín y las culturas de la guerra en el espacio litoral rioplatense. In: **Amnis – Revue de civilisation contemporaine Europes/Amériques**, n. 10, 2011. Disponível em: <https://amnis.revues.org/1277>, 2011. Acesso em: 21 jul. 2024.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Revolución y Guerra: formación de una élite dirigente en la Argentina criolla**. Siglo XXI editores, México, 3. ed. 1994.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-historia. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Ed. da UNESP, 1992, p. 133-161.
- MACHÓN, Jorge Francisco; CANTERO, Oscar Daniel. **Andrés Guacurará y Artigas**. Misiones: el autor, 2006.
- POENITZ, Edgar; POENITZ, Alfredo. **Misiones, Provincia Guaranítica: Defensa y disolución [1768-1830]**. Posadas: Universitaria, 2. ed. 1998.
- POLONI-SIMARD, Jacques. Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas. In: **Anuario del IEHS**, n. 15. Facultad de Ciencia Humanas, Universidad Nacional del Centro Tandil – Argentina, 2000, p. 87-100.
- PRAIA, Felipe S. **“Para que cada pueblo se gobierne por si”**: modernidade política e atores indígenas na região do Rio da Prata (1810-1821). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- _____. As comunidades guarani-missioneiras nos conflitos de independência do espaço do Rio da Prata (1810-1821). In: **Aedos**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 40-62, dez-mar. 2024.
- QUIJADA, Monica. La potestas populi: una revisión del pensamiento político hispánico y la Modernidad. In: BRAGONI, Beatriz e MATA, Sara E (comp.). **Entre la Colonia y la República: insurgencias, rebeliones y cultura política en América del Sur**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas guaraní pré-coloniais. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, dez., 2002, p. 211-253.
- WILDE, Guillermo. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas: dinámicas políticas y transacciones simbólicas. **Revista Complutense de História de América**, n. 27, 2001, p. 69- 106.
- _____. **Religião y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.